

Comunicação oral

Subtema: *Juventude, direito e políticas públicas*

DESCONSTRUIR A JUVENTUDE NAS POLÍTICAS EDUCACIONAIS: QUESTÕES DE IDENTIFICAÇÃO E CONTROLE

LEITE, Miriam S.
UERJ – FAPERJ – CNPQ

Em recente estudo coordenado por Marília Sposito, *O Estado da Arte sobre juventude na pós-graduação brasileira*, chama à atenção a quase ausência da problematização da identificação do jovem/adolescente, ao mesmo tempo em que se observa que a interlocução com autores do chamado pós-estruturalismo tem sido igualmente restrita. Entretanto, já desde o início do século XX, fundamentos teórico-políticos consolidados pela modernidade ocidental vêm sendo desestabilizados por desenvolvimentos nas mais diversas áreas do conhecimento, como a psicanálise, a física quântica, a linguística estruturalista e sua crítica pós-estruturalista e as tecnologias de informação e comunicação. Desse modo, oposições binárias fixas, características do pensamento moderno-iluminista, dão lugar à concepção de um sistema aberto em que um jogo de diferenças múltiplas e instáveis provê referências para processos permanentes de identificação dos sujeitos coletivos e individuais. No contexto da pesquisa *Performatividade, diferença e desigualdade na educação escolar do jovem adolescente*, em andamento no Programa de Pós-Graduação em Educação da UERJ, entendemos que os estudos sobre a juventude, no recorte das questões do direito e das políticas públicas de escolarização, podem se beneficiar de tais aportes, na medida em que permitem duvidar sistematicamente do jovem e do adolescente mais usualmente identificados em tais políticas. Destacamos, entre as interlocuções possíveis, a perspectiva da desconstrução em Jacques Derrida, bem como sua apropriação pela pensadora feminista Judith Butler. Desenvolvida prioritariamente entre a filosofia e a literatura, a desconstrução tem nos parecido fértil para a pesquisa do campo educacional que propõe problematizar a identificação do jovem e do adolescente em oposição ao adulto, com a óbvia implicação da tendência à exclusão dos primeiros das instâncias de decisão das políticas que discutimos. Neste trabalho, trazemos a leitura desconstrucionista de dois documentos cuja natureza jurídica acentua sua dimensão performática – conforme discussões de Butler e Derrida acerca das proposições do linguista John L. Austin – assim se justificando seu questionamento: o *Estatuto da Criança e do Adolescente* e o *Regimento Básico Escolar do Ensino Fundamental*, em 2010 implementado pela Secretaria Municipal de Educação do Rio de Janeiro. Entre as conclusões do estudo, destaca-se a perspectiva do controle na identificação do jovem adolescente, flagrante nos dois documentos, porém ainda mais marcante na regulação da sua condição de estudante, isto é, no *Regimento*. Em consonância com o olhar desconstrucionista proposto, assinalamos como tal perspectiva não se sustenta ao longo dos documentos, que simultaneamente negam e afirmam a possibilidade de decisão e autonomia por parte dos jovens adolescentes.

Palavras-chave: desconstrução, diferença, identidade